

Congresso inicia novo esforço concentrado

BRASÍLIA O Congresso Nacional iniciou um esforço concentrado para tentar limpar a pauta de votações até o dia 30 e evitar que os trabalhos entrem pelo mês de recesso, julho, o que, entretanto, poderá ocorrer, se forem baixadas novas medidas provisórias ou se tiverem de ser votadas providências a execução de um plano econômico de emergência.

De hoje até sexta-feira, o Congresso realizará sessões conjuntas de manhã e à noite, deixando o período da tarde para as sessões ordinárias da

Câmara e do Senado. Havendo número — e tem havido desde que se exigiu dos deputados o registro da presença no sistema eletrônico do plenário —, as matérias existentes poderão ser aprovadas antes do recesso.

No Senado, estão relacionados apenas três projetos de lei, referentes a extensão do reajuste de 30% dos servidores públicos aos magistrados federais, integrantes do Ministério Público e ministros do Tribunal de Contas da União, três proposições do governo do Distrito Federal, relativos a servidores, e 14 mensagens do Executivo alusivas à nomeação de embaixadores. Há ainda vários pedidos de autorização de emprê-

timos, mas podem ficar para depois do recesso.

Na Câmara, há 47 projetos de lei com urgência aprovada antes da Constituição das comissões permanentes, mas atualmente a elas distribuídos. Para entrar na ordem do dia, mesmo considerados urgentes, só são relacionadas duas matérias: o projeto do novo regimento interno, já aprovado, mas com ressalva de cerca de 470 dispositivos ou expressões destacados, e o projeto do Executivo que cria o regime de permissão dalaíva mineral e extingue o sistema de matrícula.

Para exame das sessões conjuntas do Congresso existem dez medidas provisórias, cinco vetos e a lei de diretrizes orçamentárias. O Congresso, aliás, por força da Constituição, não pode entrar em recesso sem que essa lei seja votada. Pensa-se em deixar essa votação por último, porque isso permitiria ao Congresso, se fosse o caso, continuar funcionando por mais algum tempo em julho, sem necessidade de convocação extraordinária que implica pagamento de nova ajuda de custo aos parlamentares. A ajuda de custo corresponderia a aproximadamente 16 mil cruzados a cada parlamentar.